



Fig. 3 – Carta de Caminha.

### 3.

#### A Carta de Caminha: Visões do Paraíso

A memória é o ventre da alma.

Santo Agostinho

Não tenho o menor compromisso com a realidade. Busco a verdade que ela esconde.

Fernando Sabino

É indiscutível a profunda marca deixada pelos Descobrimentos na cultura portuguesa. A dor pungente, a mágoa e a nostalgia recorrentes estão estampadas na grande maioria dos textos portugueses, independente de gênero e época de suas construções.

É evidente, em se tratando dos descobrimentos que esta ligação umbilical e persistente se traduz na busca de aventuras e riquezas, na reconquista do paraíso perdido que se encontra a caminho do mar e tem como predileção as ilhas desconhecidas.

“Navegar é preciso”,<sup>1</sup> assim como é preciso seguir o rastro do mar, balizando o eixo desta investigação entre História e Ficção, deixando o cais com a carta de Pero Vaz de Caminha em mãos, entendo-a como relato submerso à força imperiosa da narrativa.

E também como um relato menos preocupado com os fatos e acontecimentos em si, que seriam a base de uma descrição histórica, do que como um relato com a intenção de propagar a paisagem local descoberta como exótica e maravilhosa, dando relevo à harmonia do encontro entre selvagens e desbravadores visitantes. Sem omitir, é claro, na atual pesquisa, a intencional exclusão da memória adormecida nas cenas de barbárie, nas imagens de impacto mútuo esquecidas <sup>2</sup> “ao acaso”.

Mas, essas cenas foram resgatadas em alguns poucos escritos menos comprometidos com a marca monárquica, calcada na memória coletiva ressonante do inconsciente mítico global quinhentista.

É bem verdade, como nos revela Enzensberger em *Cismas Portuguesas*<sup>3</sup> que “ninguém se livra assim tão facilmente de um Império”, da angústia do sentimento do império perdido, que caminhou do império com poder e domínio absolutos do mundo ao império saudosista, ilusório que tentou se manter poderoso, através de estratégias baseadas nos desígnios da Providência Divina. Principalmente no que diz respeito, aos portugueses, que são os portadores de uma mensagem secreta, como sabemos, que um dia, será revelada pela ressurreição do espectro histórico de Dom Sebastião<sup>4</sup>. Na época, rei de Portugal, a quem Camões ofereceu o poema “Os Lusíadas”. Mais tarde, esse rei é incorporado na memória mítica como aquele que virá salvar a nação portuguesa, tendo sido transformado em personagem ficcional, inserido em obras relevantes da literatura, nos escritos de Vieira e em *Mensagem* de Fernando Pessoa – obras moderno-clássicas com resquícios medievais, recheadas de promessas fantásticas, milagres, maldições e profecias.

Talvez por isso, essas obras dialoguem com extrema reciprocidade com muitas outras que ressaltam as figuras legendárias dos “Homens do Mar”, nas aventuras por excelência que fizeram das viagens do além-mar um gênero específico, celebrado e propagado por todo mundo até hoje.

Mundo esse que não tinha, na verdade, limites precisos, as fronteiras eram como cercas ambulantes noturnas que oscilavam com o vento, levando algumas obras também oscilantes, a virarem documentos marítimos, entre os quais mapas reconhecidos, mas sem nenhuma exatidão, nem compromisso com a localização de fato.

Entendemos, então, que a história e a geografia quinhentistas se apoiavam no espaço geo-político entre o poder e o saber<sup>5</sup>. As cercas perambulavam na escuridão e eram devidamente registradas ao bel prazer da vontade e determinações imperiais. Geografia e história eram, portanto, conceitos pragmáticos que se orientavam não pela consciência do espaço ou do tempo aferido. Eram, sim, antes de mais nada, idéias projetadas por modelos culturais distantes da matemática ou da racionalidade, que sucumbiam, pois, ao ideal, tendo como paradigma a utopia e como legitimação a representação literária, também condicionada direta ou indiretamente ao jugo imperial.

Estava, portanto, a história atrelada à literatura, e à ficção, na esfera da subjetividade e nos meandros do imaginário cultural, construído pela ideologia do poder das conquistas.

Ler os testemunhos dos relatos das viagens marítimas e a grande produção de obras literárias que se sucederam à expansão ultramarina, ao sabor da História e da Ficção é o primeiro impulso deste trabalho visando indagar, primordialmente, como se comportam estes dois discursos, criados pelo imaginário predominantemente europeu do séc. XVI.

Assim é possível imaginar que tanto a história quanto a ficção estão interligadas à sua época, a seu contexto, ao pensamento dominante, mesmo quando deles se distanciam cronologicamente. E que este conduz ao conhecimento e reflexão de parte do “essencial” humano e traz à tona uma espécie de confirmação ontológica de um desejo que virou obsessão no séc. XVI, quando invadiu as fronteiras individuais e se consolidou num pensamento universalizante ou coletivo, capaz de transpor as barreiras da história e do tempo, pela contigüidade entre a vida e a arte, entre o acontecimento “real” e a improvisação, no jogo de cena entre história e ficção.

Pois quando se estabelece a idéia de um “nós coletivo”, forjado por um desejo de realização intrínseca do ser humano, seja por modelagem ou por experimentação de um sentimento comum que inaugura um grupo, uma comunidade ou uma nação, se naturaliza o jogo da idealização e constrói-se o imaginário afetivo de um povo, segundo Benedict Anderson em *Comunidades Imaginadas*.<sup>6</sup>

Deste modo, a solidificação dos ideais criados ou inventados depende da legitimação e conceptualização de uma espécie de marca de pertença, tipo um carimbo nacional constituído por dados históricos, acontecidos ou não que se misturam e se fundem a dados devidamente imaginados e concretizados na ficção, na escrita também capaz de comprovar e oficializar histórias.

Assim, entende-se porque histórias particulares tornam-se consagradas, posam e desfilam como histórias nacionais, numa passarela oficializada, não se podendo quase sempre definir bem o que é história e o que é ficção, pelo menos, dentro dos padrões antigos ou tradicionais, que viam a História como a narrativa do acontecido, descritos pela verdade absoluta e a ficção como a narrativa de criação, puramente imaginária, desprovida de verdades.

Seguindo uma trilha cronológica na investigação, antes do aporte de Cabral em terras brasileiras, pretende-se referenciar os relatos da viagem de Vasco da Gama, na descoberta do caminho marítimo para as Índias, a descoberta da América, na visão do Almirante Cristóvão Colombo, abandonando inúmeros relatos de equivalente importância como o de Américo Vespúcio, por exemplo, e refletir um pouco mais sobre o relato de Pero Vaz de Caminha, cotejando-o com outros relatos como de Cristóvão Colombo, e o de Vasco da Gama, em *Peregrinação de Barnabé das Índias*.

### 3.1 A Carta de Pero Vaz de Caminha

Assim começa a carta de Caminha informando o achamento da terra nova e, com elegância, diz não estar à altura de escrever ao Rei, pois ele é para o bem contar e falar o pior de todos os que estavam naquela frota, apesar da boa vontade em fazê-lo e “creia que para alindar, nem afeiar, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu”<sup>7</sup> (...). Já se vê aqui a modéstia típica de quem valoriza a boa escrita e a preocupação em afirmar a veracidade de suas informações que entrarão para a história como documento, sem acréscimo do que não viu e sem embelezar ou enfeiar o que conta, conforme nos diz o escrivão.

Caminha faz um relato discreto, embora híbrido. Mescla fatos comuns acontecidos dia a dia em progressão sobre características, costumes dos índios e seu relacionamento com os visitantes, entretanto carrega um pouco mais nas tintas ao falar das gentilezas e docilidade com que os nativos tratam os portugueses. E, logo adiante, cai em contradição ao relatar os acautelamentos tomados pelo Capitão-Mor e seus marinheiros na lida com os selvagens. Basta pensar em quantos dias depois de ancorados, eles levaram para desembarcar, espreitando cada movimento dos índios pela região. Pois, saíam em barcos menores a sondar o porto e outros nativos acerca da vizinhança. Só após sete dias corridos desembarcaram e tiveram, na realidade, contato com a população ribeirinha dos nativos que deles se esquivavam desconfiados e com as únicas armas que tinham em punho, mostrando que usariam o arco e flecha em sua defesa, caso fosse necessário.

Só no dia 22 de abril de 1500, dia registrado como sendo o dia da chegada, e não o dia da alegria em que se ouviu a célebre e alvissareira frase: “*Terra à vista*”, simbolizando o Descobrimento do Brasil. No dia seguinte, em 23 de abril registrou Caminha: “Ali não pôde haver fala, nem entendimento de proveito, *por o mar quebrar na costa*”, se valendo de puro estilo ao fazer uso do recurso literário de eufemismo amenizando as prováveis dificuldades que teriam pela frente na diversidade da língua, e dos costumes. Assim, Caminha deslocou, metonimicamente, a causa, justificando pelo barulho do mar, o não entendimento entre eles, além de terem sido levados dois índios, não sei se como garantia ou como objeto de estudo e vistoria coordenada pelo Capitão no navio.

O entendimento entre eles levava, certamente, a muitos desentendimentos, pois se realizava a comunicação apenas por gestos, nem sempre decifrados e por muitas vezes até entendidos ao contrário, como no episódio dos sinais feitos pelos índios que apontavam para o colar de ouro do Capitão e outros adornos de prata que, após serem vistos, levou um dos índios imediatamente a sinalizar para a terra, ao que os portugueses fingiram interpretar como se ali, naquela terra se poderia encontrar ouro e prata, já que era exatamente o que os exploradores portugueses ansiosamente procuravam e queriam ouvir.

Vamos transcrever alguns trechos da Carta que exemplificam a falta de entendimento, narrados com a inversão de propósitos:

“Assim os dois índios: Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao Capitão e nem a ninguém. Porém um deles pôs olho no colar do Capitão e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar como que nos dizendo que havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata, e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal como se lá também houvesse prata (...) e acenava para a terra e de novo para as contas e para o colar do Capitão, como dizendo que dariam ouro por aquilo”.

“Isso tomávamos nós assim por assim o desejarmos. Mais ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, assim não o queríamos nós entender, porque não lho havíamos de dar” (...).

No dia 28 de abril (...) “Era já a conversação deles conosco tanta que quase nos estorvavam no que havíamos de fazer” (...).

(...) “Andavam já mais mansos e seguros entre nós do que nós andávamos entre eles (...)”.<sup>8</sup>

É incrível como a própria Carta estabelece um diálogo com o leitor, lhe informando que a predisposição de interpretar determinados episódios se faz de acordo com seus próprios interesses, deixando transparecer que o interpretado e relatado não tem nenhuma relação com o fato em si, e sim com os objetivos que serviam de motivação pré-estabelecida entre os escolhidos para efetuar os descobrimentos exploratórios e o poder imperial.

Sabemos também que era intenção dos portugueses converter os Índios ao Cristianismo, até para poderem manejá-los melhor, o que naturalmente levou-os a interpretar depois das missas e pregações do Evangelho que os selvagens seriam facilmente convertidos por terem ajoelhado e feito o sinal da cruz, seguindo o ritual cristão. Sem avaliar, entretanto, que eles os imitavam simplesmente porque diante do espetáculo nunca visto e inesperado não saberiam outra coisa fazer:

(...) “E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier não deixe logo de vir clérigo para os batizar, porque já terão mais conhecimento de nossa fé” (...).

(...) “Ora veja Vossa Alteza se quem em tal inocência vive se converterá ou não, ensinando-lhes o que pertence a sua salvação” (...).

Depois, o escrivão informa ao Rei sobre sua partida (...) “porque de manhã, prazendo a Deus, fazendo daqui partida”.

“Esta terra, Senhor,<sup>9</sup> me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto havemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chã é muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é tudo praia-palma, muito chã e muito formosa.

Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa.

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados, como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá.

Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

Porém o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.

E que aí não houvesse mais que ter aqui esta pousada para esta navegação de Calecute, isso bastaria. Quando mais disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa santa fé.

E nesta maneira, Senhor, dou aqui a Vossa Alteza conta do que nesta terra vi. E, se algum pouco me alonguei, Ela me perdoe, pois o desejo que tinha de tudo vos dizer mo fez pôr assim pelo miúdo.

E pois que, Senhor, é certo que, assim neste cargo que levo, como em outra qualquer coisa que de vosso serviço for, Vossa Alteza há de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que, por me fazer graça especial, mande vir da ilha de S. Tomé a Jorge de Osório, meu genro – o que d’Ela receberei em muita mercê.

Beijo as mãos de Vossa Alteza.  
Deste Porto Seguro, da vossa Ilha da Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500.”

Pero Vaz de Caminha

### 3.2 Considerações

Um comentário incontestável se faz imediatamente necessário quanto aos “enganos intencionais” cometidos pelo escrivão da Frota de Cabral, Pero Vaz de Caminha, que integrava a maior armada enviada para explorar o Novo Mundo. Como dissemos logo acima, alguns desses erros foram destacados pelo próprio escrivão e outros com transparência insofismável faziam menção ao objetivo maior desta expedição que seria o de encontrar riquezas como ouro, prata, metais e pedras preciosas, só encontradas bem mais tarde, em grande quantidade e devidamente “desviadas” do Brasil para Portugal.

É também evidente a procura de agradar ao Rei sempre com informações positivas, pois a agressividade dos índios percebida logo de início pelos expedicionários foi pela escrita muito bem tratada, bem “amansada”, não sendo totalmente omitida, mas bem ao contrário, relatada sem qualquer espanto. As interjeições e vocativos contidos no texto, são construídos para realçar a beleza da paisagem e a excelente fertilidade do solo, a abundância das águas, a imensa dimensão territorial, a perder de vista, e a grande probabilidade dessa Nova Terra possuir muitas riquezas – embora não as tenham visto. Em último caso serviriam estas novas terras como escala e pouso para se chegar a Calicute, nas Índias.

Fica, portanto, sob suspeita a intenção do famoso escriba em ser fiel e verdadeiro ao que vê e ao que escreve. Pois no decorrer do caminho é tomado por indelével emoção que o contraria e o faz escrever bonito o documento, conjugando assim a escrita histórica documental (apesar dos enganos) com a escrita literária ficcional, quando usa e abusa de hipérboles para referenciar as primeiras tentativas de comunicação descritas com sucesso, assim como quando omite, desvia, imagina e se deslumbra na descrição da paisagem, no fulgor da fé, na possibilidade de obter riqueza e reconhecimento profissional. Caminha deixa isso bem claro quando uma vez mais não se contém ao finalizar a carta, após os afagos discursivos feitos à realeza, pede-lhe o favor de libertar e fazer retornar a Lisboa, o genro que fora exilado na Ilha de São Tomé.



O original desta carta-documento está guardado no arquivo nacional na Torre do Tombo em Lisboa, constando como Documento Oficial Histórico - Geográfico do Reino Português.

Vale ainda observar que a Carta do Descobrimento do Brasil de Pero Vaz de Caminha teve inúmeras versões e interpretações Literárias e Históricas em permanente diálogo com diversos romances antigos e atuais, assim como com o Diário de Bordo de Cristóvão Colombo, com o qual gostaríamos de cotejar algumas analogias e diferenças.

### 3.3

#### **A Carta de Caminha e o Diário de Colombo**

O Diário de Colombo e a Carta de Caminha apresentam duas visões do Paraíso resultantes de suas culturas, ressaltando seus traços fisionômicos e espirituais.

Ambos os paraísos são edênicos e se baseiam no mito Cristão da perda do Paraíso como maldição lançada àqueles que desobedeceram as leis divinas e se comportaram como pecadores, abrindo mão da imortalidade para si próprios e para os seus descendentes.

Ambos admitem o regresso ao Paraíso, após o Juízo Final, mantendo suas portas não devidamente fechadas, com algumas ressalvas contrárias feitas por Colombo, em inconformidade.

Ambas as expedições foram financiadas pelos Reis que, igualmente a todos os expedicionários, eram movidos pela insaciável cobiça em conquistar a Índia e dela extrair mercadorias refinadas, além da ambição matriz de ter para o seu Reino o patrimônio territorial do mundo com quantidades de ouro, pedras e metais preciosos, com grande extensão de terras férteis, muita água, belezas exóticas, ilhas paradisíacas, com vegetação exuberante e frutos magníficos, refletindo o Jardim do Éden circundado de ares puros e clima ameno.

Embora todos os relatos se assentem no Paraíso Bíblico, diferem na escrita, como no caso específico dos discursos de Caminha e Colombo, na forma de narrar. Colombo é frenético, desvairado, espetaculoso. Caminha é mais moderado, mas também se apropria de alguns relatos anteriores à descoberta do

Brasil e os recria, imprimindo-lhes o seu toque pessoal; Colombo delira incessantemente, extrapola o gênero fantástico e cai definitivamente no maravilhoso. Ultrapassa o mito, confirma episódios bíblicos, vê sereias e o gigante Adamastor de “*Os Lusíadas*”, a tenebrosa Hydra, e se faz Ulisses, amarrado ao mastro do navio para não sucumbir ao canto das sereias.

Enquanto Caminha repete alguns aspectos das paisagens descritas em tantos outros livros e reitera a fantasia coletiva estampada em sua memória. Colombo confirma os sonhos, diz que os vivenciou e bate o pé ao afirmar que viu com seus próprios olhos o irrealismo idílico que leu obsessivamente nas Escrituras Sagradas e também no livro de aventuras fantásticas de Marco Polo. De tanto ler e seguir as profecias do Profeta Bíblico Isaias, acaba por se transformar em Profeta. Vai enlouquecendo e diz não ver exageros em seus discursos. Reproduz a história exemplar, usa recursos narrativos modernos como a superposição do tempo e do espaço com maestria intransitiva. “O que quero é ver e descobrir o máximo que puder”. As crenças de Colombo singularizam suas interpretações. Colombo se pergunta sobre a origem das pérolas quando a vê acontecer à sua frente:

“Próximo ao mar havia inumeráveis ostras presas aos galhos das árvores que cresciam no mar, com a boca aberta para receber o orvalho que cai das folhas, esperando que caísse uma gota para dar origem às pérolas”.

É assim que relata como experiência própria em seu diário a explicação que Plínio encontrou no dicionário “*Catholicon*”, segundo o historiador Las Casas em seu livro *História*.

Para Colombo, em seu sistema interpretativo, o mais importante não é procurar a verdade e sim as confirmações para as verdades conhecidas de antemão,<sup>10</sup> afinal ele escrevia para Isabel, a Católica.

Tanto no mar quanto na terra vê sinais da proximidade da sua convicção de que vai alcançar o Paraíso e, para isso já não precisa de qualquer instrumento ou de mapas, ao que Las Casas faz uma justa observação: “É uma maravilha ver como, quando um homem deseja muito algo e se agarra firmemente a isso em sua imaginação, tem a impressão, a todo momento, de que tudo aquilo que ouve e vê testemunha a favor dessa coisa” (Las Casas no livro *História*).

Bem... Apesar de todo desvario e inquietação, não sabemos explicar como Colombo tinha toda essa determinação, mas sabemos que foi ele o Descobridor da América, e convenhamos, esta descoberta não significou pouca coisa para a humanidade.

### 3.4 Peregrinação de Barnabé das Índias

Após concluir-se que o genovês Colombo por muitas vezes perdeu o prumo, não seria nenhum absurdo deslocá-lo no tempo e no espaço ao fazê-lo retomar a viagem como comandante de uma das naus junto a Vasco da Gama, comandante geral de *Peregrinação de Barnabé das Índias* de Mário Cláudio.

Dentro desse romance há um capítulo, intitulado “*Os Loucos*”,<sup>11</sup> que será importante para a continuidade desta pesquisa. Até agora foram selecionados alguns fragmentos de textos que corroboraram na investigação do tema História e Ficção marcando semelhanças e diferenças características desses dois tipos de discurso. O romance de Mário Cláudio representa neste trabalho o primeiro contraponto apresentado, com mais clareza, nessa trajetória, porque ele se confronta a muitas verdades estabelecidas e apresenta alguns vultos da História em seu caráter mais próximo da verdade, menos fantástico, chegando mesmo a parodiá-los em certas situações.

Foram comandantes desta expedição às Índias:

1. Vasco da Gama: capitão fraco, hesitante que supria suas fraquezas pela autoridade destemperada exercida sobre seus comandados. Diz-se que para conseguir o comando, em lugar de seu irmão Paulo, a quem seguia como à sua própria sombra, utilizou-se de um recurso nada louvável, como o de divulgar que Paulo sofria de distúrbios temperamentais no que tange a surtos afetivos, febris, distantes da razão, argumentos tais que lhe resultaram a preferência de El-Rei Dom Manuel.

2. Paulo (seu irmão) era tranquilo e benevolente, a quem os nautas recorriam para tentar conviver com as agruras e o terror que lhes impunha Vasco para manter a supremacia.

3. Nicolau Coelho era homem sisudo e não menos afetado pelos nervos do que Vasco ou Paulo.

Já fica, nestas descrições, evidenciado que o texto retrata grande empreendimento sob o comando de três homens desequilibrados, o que serviria para justificar a escolha do título para o capítulo.

Nesse capítulo, o romance aborda a visão de Barnabé, um grumete, (a menor categoria dentro da hierarquia náutica) um pequeno convocado a olhar os grandes, a observar o que há por baixo de ricos mantos.

Barnabé é um judeu forte e jovem, despreparado para a vida, que vive nesta viagem mudanças surpreendentes. Passa pelas diabruras presumíveis, por experiências e descobertas, tanto na viagem às Índias, quanto na viagem interna que se processa dentro dele mesmo. <sup>12</sup>

Se depara com o sexo e se apavora, chegando mais tarde a ter a primeira experiência sexual da carne e misturar essa sensação da carne com a sensação extasiante do amor, coisa inusitada para a época vigente.

Se depara com medos, superstições na fé oscilante entre a judaica, de sua origem, e a fé cristã que se propôs a conhecer a fundo.

No fundo, esta viagem trazia sob a capa religiosa do cristianismo, a suspeição de ser esta, o último fôlego de um povo, a última tentativa, à procura de afirmação, com o propósito de explorações e conquistas territoriais na busca de riqueza e fama.

O que havia, então, de diferente nesta viagem em relação às outras já comentadas?

Nesta narrativa os heróis tiram e recolocam as máscaras, oscilam entre sonho e realidade. Instituições do poder como a Igreja, são criticadas, além dos governos de D. João II, o maldito, e o de Dom Manuel I, apanhados em freqüentes atitudes de cobiça. Vários discursos interferem na narração em 3ª pessoa, pois surgem narradores em 1ª pessoa, como Vasco e Barnabé – narradores constantes, e eventuais como o Velho do Restelo <sup>13</sup> e suas maldições em “*Os Lusíadas*” que se mistura ao ancião que aparece no texto como Joseph de Lamego <sup>14</sup> na representação das profecias de Abraão Zacuto, como a que fez a Dom Manuel de que a Índia seria descoberta por Portugal por dois irmãos indecisos, o que levou o Rei à escolha de Vasco e Paulo da Gama, tão logo os conheceu.

Assim como outros episódios que apontam a Santa Madre Igreja a pretexto da “salvação”, parece que atendendo o pedido de Caminha em sua carta, incumbindo os clérigos católicos de batizarem os nautas, pobres diabos, desempregados, desprotegidos da sorte, quase indigentes, que se jogavam nessas aventuras tenebrosas tentando mudar sua sina. Após o batismo, eles ficavam obrigados a prestar obediência permanente aos religiosos e a seus superiores. Uma forma legítima de se calar rebeliões.

Já aos judeus endinheirados, na época da Inquisição, cabia a opção do batismo para que pudessem permanecer em Portugal, ou uma vez denunciados ao “Santo Ofício” poderiam acabar na fogueira e ter os seus bens confiscados pela Igreja Católica, como nos conta a história e a ficção, tendo como exemplo híbrido *O Judeu* de Bernardo de Santareno, entre muitas outras obras que examinam o tema.

Quanto a Joseph de Lamego, tio de Barnabé, Abraão Zacuto ou o Velho do Restelo, vale relembrar o Canto IV de “*Os Lusíadas*”.

### 3.5 Os Lusíadas

94

(...) “Mas um velho de aspecto venerando,  
Que ficava nas praias, entre a gente,  
Postos em nós os olhos, meneando  
Três vezes a cabeça, descontente,  
A voz pesada um pouco alevantando,  
Que nós no mar ouvimos claramente,  
Com um saber só de experiências feito,  
Tais palavras tirou do experto peito:

95

“Ó glória de mandar! Ó vã cobiça  
Desta vaidade a quem chamamos fama!  
Ó fraudulento gosto que se atija  
Com uma aura popular que honra se chama!  
Que castigo tamanho e que justiça  
Fazes no peito vão que muito te ama!  
Que mortes, que perigos, que tormentas,  
Que crueldades neles experimentas!

96

“Dura inquietação d’alma e da vida,

Fonte de desamparos e adultérios,  
 Sagaz consumidora conhecida  
 De fazendas, de reinos e de impérios!  
 Chamam-te ilustre, chamam-te sabida,  
 Sendo digna de infames vitupérios;  
 Chamam-te Fama e Glória soberana,  
 Nomes com quem se o povo néscio engana!

## 97

“A que novos desastres determinas  
 De levar estes Reinos e esta gente?  
 Que perigos, que mortes lhe destinas  
 Debaixo dalgum nome preminente?  
 Que promessas de reinos e de minas  
 De ouro, que lhe farás tão facilmente?  
 Que famas lhe prometerás? que histórias?  
 Que triunfos? que palmas? que vitórias?” (...)

Não há muito o que comentar diante da beleza e da clareza com que nos brinda Camões em seus versos na repreensão feita à vã cobiça e às conseqüências proféticas que se abateriam sobre o povo português, caso este não encontrasse o rumo certo.

Retomando o romance e as contraditórias situações enfrentadas mar afora, por esses marujos que serviam muita gente poderosa, travestidos, ora como heróis, ora como corsários. Quer Cristãos benfazejos, quer violentos piratas, capazes de cometer barbaridades para explorar, saquear o irmão distante.

E assim prossegue a viagem de Barnabé entre sonhos, promessas e tormentas do percurso, embalada na cobiça, subordinadas ao temor, acabando por construir uma “quase” alegoria, o que se poderia chamar de uma alegoria do medo.

Emoldurados pelo medo, fascinados pela missão heróica concedida por El-Rei, esses homens grandes e pequenos se perdiam entre o que foi vivido e o que foi sonhado, ponto estratégico para a ancoragem dialógica entre história e ficção.

Esses desbravadores viam “nuvens de falésias”, pois eram quase sempre atraídoados pela ilusão e pelo assombro, a caminho de uma grande ilha ou de uma grande terra no Paraíso, a se desdobrar indefinidamente.

Crivados de mapas, roteiros, informações livrescas, lendas a não acabar mais, e outros relatos feitos pelos que ali já diziam ter passado, viam no vento muitas caras e feições, viam um velho de barbas que saíra da espuma das águas

com reino nas profundezas, além de espécies de criaturas que se vira num livro da Itália: mulheres que vinham à tona, muito lindas, maiores do que as que existem na Terra, e ali ficavam à espera da sua maviosa cantoria.

Essas mulheres surgidas do nada tinham uma cabeleira que se lhes estendia pelos ombros que em nenhuma dama da Corte se encontraria; para possuí-las esses marinheiros seriam capazes de beber o mar inteiro, “pois chegaram a chorar quando perceberam que sua visão não as descortinava da cintura para baixo, e por isso, garantiam alguns, que elas possuíam rabos de peixe”.<sup>15</sup>

Um dos tripulantes João Lopes jurava ter visto um gigante assustador pelo tamanho, mas que falava em mansidão, afirmava ele, que haveria de ser São Cristóvão e não um comedor de humanos. Fazia-se referência às sereias e à Tenebrosa Hidra vislumbrada por Cristóvão Colombo. Contavam-se também parábolas bíblicas sobre tentações, demônios e monstros terríveis, abismos correspondentes aos Setes Pecados Capitais que poderiam ser exterminados juntamente com o medo e as tristezas, caso não deixassem de seguir mandamentos e ensinamentos de Jesus Cristo. Ao que corroborou Paulo da Gama ao afirmar que todos eles deveriam crer na verdadeira doutrina e não nos sussurros do maligno. Adiantando-se Vasco da Gama diz que haverão de ser lidas as Escrituras no tempo e lugar designados pelo Senhor e refere-se ao celebrado incitamento de Isaías contido no capítulo 18, versículo 2 do Velho Testamento, onde o santo profeta reverencia uma nação poderosa e um povo temido, com gente de envergadura merecedora da Terra Prometida, na relevância de uma missão que só a este povo foi confiada.<sup>16</sup>

Como não se poderia esquecer falou-se também do grande, Preste João, poderosíssimo monarca descendente direto de Salomão e da rainha de Sabá.

Contam-se ainda crimes hediondos entre tripulantes, à beira de um ataque de nervos, como o caso em que um marujo a pauladas desfizera a cabeça do próprio pai, ou um outro caso em que o marido movido por ciúmes espartaneou a mulher, atirando seus pedaços em putrefação no rio Chelas.

Os viajantes transtornados por ganâncias, por castigos e confinamentos vivem desejos macabros que, misturados a seus flagelos, constituíam simbioses fantásticas. Tinham permanentes pesadelos, viam miragens, se embebedavam, deliravam pelo vinho, por febres e doenças do corpo, do espírito e da alma.

Barnabé, certo dia, sentou-se junto à Virgem Maria, recebeu receitas de biscoitos e outras iguarias de querubins, assim falaciava.

Ele, o nosso Barnabé, extenuado de medo recordou, aos arrepios, a morte do amigo afogado, recordou-se da Arca de Noé, sob intensa crise, em grande desvario. Os tripulantes todos eles, corroídos pelo medo carregavam mais e mais nas cores da tecelagem de fábulas, nas quais em maior parte se destacavam os triunfos, riquezas e a descoberta de Paraísos, provavelmente pela lei da compensação. Refugiavam-se na bebida. Bebiam vinho, manhã, tarde e noite, talvez, como um miraculoso antídoto: pois criavam grandes quantidades de fábulas, alegorias, mitos e narrativas maravilhosas com o material arrecadado dos descobrimentos marítimos, do medo e da delirante loucura epidêmica que assolava grandes e pequenos em confinamento; desejosos de partilhar com o resto dos mortais as experiências fantásticas obtidas em viagens circundadas pelo sonho coletivo, estabelecido culturalmente na tentativa de resgate da Terra Prometida, num tempo há muito perdido.

### **3.6 Considerações Finais**

Como se pôde comprovar o escritor Mário Cláudio após desembainhar a espada justiceira contra os poderosos e criticar muitas de suas ações, dá voz aos pequenos e a outras figuras aplaudidas pela História, dialoga com vários textos conhecidos e admirados pela História da Literatura. Mas, apesar de desmascarar heróis, relatar cenas de violências e revelar episódios mal vistos, porquanto omitidos por outras histórias pertencentes ao ciclo das navegações, acaba por enredar-se na teia sedutora e nos encantos da narrativa, promove momentos de grandiloquência em que a verdade e a crítica cedem a momentos poéticos de pura fruição tal como na Carta de Caminha ou no Diário de Bordo de Colombo, cada um com um tipo de gradação discursiva.

Em relação a Barnabé, o romance inverte a categoria épica, articulando a viagem de um herói “gauche” que experiencia uma viagem metafísica pelo interior do ser e liga metaforicamente o menino Barnabé a Portugal e seus desígnios divinos. Ele deveria aprender a esquecer a vã cobiça e os insucessos.



Assim como Portugal deveria também esquecer-los, além de suportar a perda das glórias do império fracassado, se fortalecendo para enfrentar a exclusão e o lugar marginal que ocupou e ocupa, há tantos anos na comunidade européia.

Com independência, Mário Cláudio analisa a trajetória portuguesa, e alguns fragmentos da história judaica. Na verdade, vai além porque focaliza os ultrajes cometidos aos selvagens, negros, mouros, judeus e outros pagãos subalternos que renderam à Coroa Lusitana valiosas sátiras.

Refere-se ainda ao ultraje sofrido por Portugal pelo Ultimatum Inglês.

Mescla o inventário histórico – político à imaginação poética e cultural do ocidente entre outros tópicos que giram nessa mesma órbita.

Do passeio, então por esse pequeno universo recortado do vastíssimo gênero das Viagens Marítimas, muitas considerações, provavelmente deixaram de ser feitas, como por exemplo, um trabalho maior sobre o narrador não-confiável, aquele que tem as lentes ampliadas, e coleta do cenário e das cenas o que lhe interessa, de imediato, para logo após transformar essas cenas num discurso de convencimento, que inebria, ilude e persuade como os exemplos aqui apontados em alguns relatos históricos, que de mãos dadas ao discurso estético-ficcional davam sustentação ao poder imperial na intermediação entre o que era visto e o que se pretendia relatar, pluralizando as verdades e a legitimação de “vale o que está escrito”.

Também não foi difícil perceber que o mais tenebroso das Viagens Marítimas se encontrava nas mudanças de humor do mar, ora calmo ora tenebroso, favorecendo o enclausuramento do ser humano por meses a fio trancafiado e exposto à solidão e à angústia da fome, sede, frio nas tempestades medonhas ou nas inquietantes calmarias. As dúvidas e incertezas, por muitas vezes se sobrepõem ao furor da cobiça, resultando em medos incontroláveis gerando visões fantásticas, embasadas em superstições e crenças malditas que transformam as expedições em máquinas de fabricar loucuras.

A narrativa histórica nos conta parte desses acontecimentos, utilizando-se de recursos estético-literários para “amansar” as diabruras narradas e tornar a leitura mais agradável, paradoxalmente acentuando o tom convincente que se impunha. A ficção deitada em berço estético, transforma cenas brutais em sublimes, imprimindo-lhes o tom poético, privilegiando o “alindamento” do que é narrado, se valendo de recursos próprios, amarrando o embelezamento da forma

de contar, às experiências históricas. A ficção concede empréstimos à história, que por sua vez, os renova em créditos reconcedidos à ficção.

Tais negociações são engendradas na concepção de que os relatos não trazem mais o sentido pleno, totalizante, somente configuram-se em trechos, fragmentos de histórias e de sonhos, relativos ao que veio antes e depois, do tempo narracional.

O que torna essas transações mais rentáveis, deixando-nos concluir que a história complementa a ficção, e a ficção preenche determinadas lacunas históricas.

O grande esfacelamento da epopéia (junção perfeita de ficção e história) ou o desaparecimento das grandes narrativas, segundo Benjamin, fez o historiador capaz de identificar no passado os germes de uma outra história, contada de uma outra forma, não mais absoluta.

O enlace entre história e ficção incide na atividade narrativa. Na questão da escrita, numa reflexão sobre o tempo (não mais cronológico e linear) que funda, como nos ensina Benjamin, um outro conceito de tempo diverso do discurso teológico que remete à verdade primeira e original. Ou ainda, diz Benjamin: “A consistência da verdade foi submergida por sua transmissão”.<sup>17</sup>

Se o historicismo se baseia na teoria da experiência vivida para contar uma história, antes baseada numa experiência coletiva e unívoca, hoje é contada e fundamentada no processo de fragmentação e não mais no de secularização, ao que Benjamin denominou como a “perda da aura”.<sup>18</sup>

Reunindo a perda da aura às perdas históricas da tradição e à perda da convergência da memória, vamos atingir a modernização da escrita que contempla história e ficção na arte de contar e de interpretar. A história, assim, como a ficção, como nos diz Barthes, está enraizada no prazer de contar, unindo-se ao conceito do historiador Paul Veyne de que a história contemporânea admite diversas interpretações sobre as histórias, sobre as narrativas, sejam elas históricas ou ficcionais, verdadeiras ou figuradas.<sup>19</sup>

A narrativa, desse modo, perde seu caráter contingente e limitado e assume a dialética do imponderável, do que excede a norma e fertiliza a verdade. Muito mais surpreendente e fecunda é a possibilidade de recriar “estórias”,<sup>20</sup> de fazer um rememoração, formando uma nova história. Se acima do acontecimento vivido que é finito, se constrói um acontecimento lembrado, este pode se tornar

infinito,<sup>21</sup> como as histórias de Sherazade em *Mil e Uma Noites*, ou na reconstrução diária e incomensurável de Penélope ao recriar o tapete, que reflete a tecelagem como teoria da estrutura de narrar.

Então, só nos cabe perguntar, agora, tanto para a história quanto para a ficção: Onde está a chave do que é contar uma história?

**Notas**

1. “Navegar é preciso” – Lema da Liga Hansiática e expressão de que Fernando Pessoa se apropria em seus versos.
2. GIUCCI, Guilherme, 1993, p. 89 - 93.
3. ENZENSBERGER, 1993, p.148.
4. O Sebastianismo ou a memória de D. Sebastião é tema recorrente em toda a Literatura Portuguesa. Aqui, neste trabalho, fiz referência ao poema-épico “*Os Lusíadas*” de Camões e *Mensagem* de Fernando Pessoa como testemunhos do mito de Dom Sebastião, como depositário histórico – espiritual do povo português, como impulso heróico que promete retomar à época de ouro, pondo fim à desistência moral da luta inglória portuguesa.
5. MENEGAZ, 1998, p. 163 – 168.
6. ANDERSON, 2008, p, 10.
7. A Carta de Caminha, 2007, p.91.
8. A Carta de Caminha, 2007, p. 107.
9. A Carta de Caminha, 2007, p. 118 -119.
10. COLOMBO, 1998, p. 18 – 22.
11. MÁRIO CLÁUDIO,1998, p. 100 – 125.
12. ABELHA, 2003, p. 3.
13. CAMÕES, 2002. C.4 V.94 – 104, p.138 – 141.
14. MÁRIO CLÁUDIO. Joseph de Lamego in “*Os Loucos*”, p.109 – 110.
15. Ibidem. Narrativa de Visões de Sereias. In “*As Cordas*”, p. 134.
16. ENZENSBERG, 1993, p. 138.
17. BENJAMIM.1996, p.16 – 17.
18. BENJAMIM.1996, p.169.
19. LE GOFF. 2005, p.15
20. Expressão muito usada por Guimarães Rosa, significando ficção.
21. TODOROV, 2003, p. 23.

## Referências Bibliográficas

- ALVES, Maria Theresa Abelha. “**A peregrinação iniciática de Barnabé das Índias**”. Artigo publicado pela Universidade Estadual de Feira de Santana, 2008.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 2008.
- BARTHES, Roland. **O Grau Zero da Escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica**. Tradução Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- BORNHEIM, Gerd. **A Descoberta do Homem e do Mundo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.
- CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. Obras Completas. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2002. *Carta de Pero Vaz de Caminha ( A El – Rei D. Manuel, Sobre o Achamento do Brasil -Texto Integral)*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- CERDEIRA, Teresa Cristina. **Literatura Portuguesa, história, memória e perspectivas**. São Paulo: Alameda, 2007.
- CLÁUDIO, Mário. **Peregrinação de Barnabé das Índias**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- COLOMBO, Cristóvão. **Diário da Descoberta da América**. Tradução de Milton Persson. Porto Alegre: L&PM, 1998.
- COSTA LIMA, Luiz. **História. Ficção. Literatura**. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2006.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Cismas Portuguesas**. Lisboa, 1993.
- FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. **Da Profecia ao Labirinto**. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- GADMER, Hans – Georg. **Verdade e Método I**. Ed. Vozes, Rio de Janeiro – Petrópolis – RJ, 2005.
- GIUCCI, Guillermo. **Sem Fé, Lei ou Rei, Brasil / 1500 – 1532**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visão do Paraíso**. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1994.
- LE GOFF, Jacques ET alii. *A História – A Paixão Nova*. In: **A Nova História**. Lisboa: Ed. 70, 1984.
- \_\_\_\_\_. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. UNICAMP: São Paulo, 2005.
- MENEGAZ, Ronaldo. “A busca de si mesmo no outro: As terras de Preste João”. In: **Semear**. Rio de Janeiro: Cátedra Padre Antonio Vieira, 1998.

PEREIRA, Paulo Roberto. “*A Carta de Pero Vaz de Caminha*”. In: **Os Três Únicos Testemunhos do Descobrimento do Brasil**. Ed. Martin Claret - São Paulo, 2007.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.